

### O QUE FIZERAM COM A GENTE? IDENTIDADE PARDA, RACISMO E O DIREITO DE SE RECONHECER NEGRA PARDA NO BRASIL

**Daniela Souza Torres<sup>1</sup>.**

Educadora independente (BR), Salvador, BA.

<http://lattes.cnpq.br/7200556238765534>

**RESUMO:** Este capítulo argumenta que a compreensão e validação da identidade ‘negra parda’ são cruciais para promover práticas educativas mais inclusivas e equitativas no Brasil. A categoria “pardo”, historicamente produzida pela administração colonial portuguesa, permanece como marca identitária ambígua e politicamente sensível no Brasil contemporâneo. Este capítulo discute a construção histórica dessa classificação, seu papel no projeto de embranquecimento nacional e seus efeitos sobre a construção subjetiva e racial de pessoas pardas que, apesar da violência simbólica sofrida, são racializadas como negras no cotidiano. Dialogando com autoras e autores como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Kabengele Munanga e Frantz Fanon, discute-se como a identidade parda se tornou um campo de disputa entre a colonialidade e a possibilidade de uma negritude plural. O texto evidencia que reconhecer-se como negra parda não é adotar uma identidade “moderna”, mas romper com uma tecnologia histórica de apagamento e controle. O capítulo articula análise histórica, crítica racial e narrativa social, defendendo o direito político e existencial de pessoas pardas de reivindicarem sua negritude como estratégia de sobrevivência, dignidade e reexistência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidade parda. Racismo. Negritude.

### WHAT DID THEY DO TO US? PARDA IDENTITY, RACISM AND THE RIGHT TO SELF-RECOGNIZE AS BLACK IN BRAZIL

**ABSTRACT:** This chapter argues that understanding and validating the ‘brown black’ identity is crucial for promoting more inclusive and equitable educational practices in Brazil. The category “brown,” historically produced by the Portuguese colonial administration, remains an ambiguous and politically sensitive identity marker in contemporary Brazil. This chapter discusses the historical construction of this classification, its role in the national whitening project, and its effects on the subjective and racial construction of brown people who, despite the symbolic violence suffered, are racialized as black in everyday life. Engaging with authors such as Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Kabengele Munanga, and Frantz Fanon, it discusses how brown identity became a field of dispute between coloniality and the possibility of a plural blackness. The text highlights that recognizing oneself as brown black is not adopting a “modern” identity, but breaking with a historical technology of erasure and control. This chapter articulates historical analysis, racial critique, and social narrative,

defending the political and existential right of mixed-race people to reclaim their Blackness as a strategy for survival, dignity, and resistance.

**KEYWORDS:** Pardo identity. Racism. Blackness.

## INTRODUÇÃO

A classificação racial no Brasil é história viva de tecnologias de poder que definem quem pode existir, nomear-se e ser reconhecido. Nesse labirinto, “pardo” aparece como território ambíguo, fronteira em disputa. Criada pela administração colonial, a categoria operou, e opera, como mecanismo de embranquecimento, controle populacional e apagamento dos vínculos africanos. Como aponta Kabengele Munanga (2019), o vocabulário racial brasileiro foi moldado para sustentar a hierarquia colonial, diluindo a presença negra em gradações rumo à branquitude. Essa lógica não é exclusiva do Brasil. Em vários países latino-americanos, categorias intermediárias também foram forjadas para gerir racialmente a população e preservar o poder branco, fragmentando identidades negras e indígenas. O caso brasileiro dialoga com essa colonialidade do poder (Quijano, 2005), mas suas particularidades tornam “pardo” um termo revelador das tensões nacionais entre raça, identidade e projeto de nação.

Este capítulo analisa a identidade parda como construção histórica e política forjada pela colonialidade. A discussão dialoga com vozes centrais do pensamento negro, como Sueli Carneiro (2005), Lélia Gonzalez (1988), Frantz Fanon (2008) e Achille Mbembe (2017) - para mostrar que “pardo” não surgiu como identidade cultural, mas como ferramenta estatal de classificação, vigilância e controle racial. É nesse ponto que minha história encontra a história coletiva. Reconhecer-me como mulher negra parda não foi uma revelação instantânea, mas um processo longo de desfazer narrativas, enfrentar instituições que negaram esse pertencimento e reconstruir uma identidade apagada. Essa trajetória reflete a de milhares de brasileiros inscritos como “pardos” nos documentos, mas racializados como negros na pele, no corpo e na experiência social.

Lembro de quando a babá de um dos meus irmãos nos classificou por ordem de beleza: elogiava a pele clara e os traços finos deles e, com desprezo, apontava meus traços negroides como sinônimo de feiura. Eu, menina de pele canela e cabelo ondulado, não entendia por que ela - também parda - nos colocava como inferiores. Ser “parda” parecia me empurrar para um limbo racial: nem branca o bastante para ser bonita, nem negra o bastante para ser reconhecida. Apenas feia. Esse foi um dos muitos momentos em que minha identidade virou campo de batalha. Na adolescência, veio a pressão para clarear o cabelo, reforçada por revistas que exaltavam o padrão loiro e por um ambiente em que meninas negras eram tratadas como exotismo. Cada química negava uma parte de mim e da minha ancestralidade. Na universidade, mesmo estudando História, quase não se discutia a experiência parda; éramos invisíveis entre o mundo branco e o negro, racializadas de forma velada, mas real. Concluí a graduação ainda sem saber onde pertencia.

Com base nesse percurso, o capítulo se organiza em quatro movimentos: (1) a

gênese colonial da categoria “pardo” e seu papel no projeto de embranquecimento; (2) as disputas teóricas e políticas sobre identidade parda e negritude, em diálogo com o pensamento negro; (3) as experiências atuais de racialização, silenciamento e letramento racial, incluindo minha trajetória; e (4) a defesa da negritude parda como força política, epistemológica e ética para o século XXI. O capítulo responde, de modo afetivo e crítico, à pergunta que atravessa tantas mulheres negras pardas: o que fizeram com a gente? E, academicamente: como a invenção colonial do “pardo” moldou identidades, subjetividades, políticas educacionais e projetos de nação, e como podemos desconstruir esse legado, reivindicando a negritude parda como potência política e resistência epistemológica?

## **OBJETIVO**

O objetivo central deste capítulo é analisar a intrincada construção histórica, política e subjetiva da identidade parda no Brasil, compreendendo-a não apenas como um produto da colonialidade persistente, mas também como um campo de disputa contemporâneo vibrante e essencial na luta antirracista. Busca-se, de maneira mais específica: evidenciar, de forma inequívoca, que “pardo” não é uma identidade cultural espontânea ou uma expressão genuína de diversidade, mas sim uma categoria colonial imposta; discutir seus efeitos psicológicos, sociais e institucionais devastadores, que vão desde a internalização do racismo até a exclusão sistemática de oportunidades; articular a teoria e a vivência, analisando experiências concretas de apagamento racial que muitas vezes são silenciadas ou minimizadas; e, finalmente, afirmar com veemência a legitimidade inabalável da identidade negra parda como uma reconstrução política, crítica e de enfrentamento ao racismo, uma forma de resistência que desafia as estruturas de poder e abre caminhos para um futuro mais justo e igualitário.

## **METODOLOGIA**

Este capítulo adota uma abordagem qualitativa, aplicada e crítico-interpretativa, combinando pesquisa bibliográfica com uma autoetnografia central (Ellis; Adams; Bochner, 2011). A autoetnografia é aqui uma escolha epistemológica e política: minha trajetória de letramento racial compõe a própria materialidade do fenômeno, não como ilustração, mas como fonte legítima de conhecimento. Os relatos foram selecionados por dois critérios: (a) episódios que expõem tensões entre identidade parda e processos de racialização; e (b) situações institucionais que evidenciam silenciamento, violência simbólica ou resistência vivida por pessoas negras pardas.

A autoetnografia permite acessar a dimensão subjetiva da racialização, frequentemente apagada pela linguagem acadêmica. Ao reinscrever a experiência negra parda como conhecimento válido, desafia hierarquias que historicamente marginalizaram vozes negras e ameríndias, articulando o vivido ao estrutural e revelando como o cotidiano expressa - e resiste a - estruturas de poder. O trabalho segue rigor ético: preservo anonimato, uso nomes fictícios quando necessário e protejo identidades envolvidas.

A análise organiza-se em três eixos complementares:

- Colonialidade da classificação parda - origens administrativas, implicações epistemológicas e vínculo com o projeto de embranquecimento.
- Experiência social de racialização - como corpos “pardos” são lidos e atravessados pelo racismo cotidiano, entre classificação oficial e vivência real.
- Reexistência política da negritude parda - estratégias de afirmação, deslocamento crítico e reconstrução subjetiva que enfrentam a lógica colonial.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 1. A Invenção Colonial do “Pardo”: Uma Herança de Apagamento

A categoria “pardo” não emergiu organicamente do seio da sociedade brasileira; ela foi imposta de cima para baixo, como um decreto colonial. João José Reis (2022) e Lilia Schwarcz (2019) nos mostram que ela aparece nos inventários, registros de batismo e listas administrativas da colônia como um dispositivo de distinção que servia menos para descrever a realidade e mais para ordenar e controlar o intrincado sistema colonial de castas. No Brasil, “pardo” surgiu intrinsecamente ligado a outras denominações coloniais - como mameluco, cafuzo, mulato - cada uma delas carregada de preconceitos e estereótipos, mas todas marcadas pela mesma lógica da miscigenação como uma tecnologia de controle. Mais do que meras categorias “descritivas”, essas classificações eram profundamente políticas, usadas para definir o acesso a direitos básicos, o tipo de trabalho compulsório a ser exercido, os impostos a serem pagos e o nível de vigilância a que cada indivíduo seria submetido. A cor da pele, portanto, não era apenas uma característica física; era um passaporte para a liberdade ou para a escravidão.

E foi precisamente essa lógica de controle que persistiu ao longo dos séculos XIX e XX, quando o Estado brasileiro converteu a categoria “pardo” em uma peça-chave do seu ambicioso projeto de embranquecimento, um projeto que estava profundamente alinhado com as teorias raciais pseudocientíficas que floresciam na Europa da época. Carlos Hasenbalg (1979) e Kabengele Munanga (2019) nos lembram que o objetivo desse projeto era duplo: por um lado, diluir a presença africana na formação nacional, tornando-a cada vez menos visível e relevante; por outro lado, produzir uma narrativa de harmonia racial, uma ilusão de que o Brasil era um país livre de preconceitos e discriminações, ignorando a violência estrutural que sustentava essa narrativa.

Lembro-me de ter ouvido repetidamente, ao longo da minha vida escolar, que o Brasil era um “paraíso racial”, um lugar onde as pessoas de diferentes cores viviam em perfeita harmonia. Essa ideia era constantemente reforçada nos livros didáticos, nos programas de televisão e nos discursos políticos. Mas, ao olhar ao meu redor, eu via uma realidade bem diferente. Eu via a desigualdade gritante entre brancos e negros, a discriminação sutil, mas constante, a invisibilidade das pessoas negras nos espaços de poder.

A colonialidade, portanto, não se limitou a classificar corpos; ela inventou destinos, moldou subjetividades e limitou as possibilidades de vida de milhões de pessoas. Frantz

Fanon (2008) escreveu que o corpo negro é interpretado antes mesmo de ser visto, que ele carrega consigo uma história de opressão e violência que o precede. No Brasil, o corpo pardo foi interpretado como “meio caminho”, “mistura”, “ambiguidade”, como se fosse um corpo incompleto, em transição para algo melhor. Mas, na prática histórica, tratava-se de um corpo negro submetido a um rótulo estatal criado para maquiagem sua negritude, para torná-lo mais palatável à elite branca.

## **2. Quando a Pele Conta a História Antes do Nome: A Racialização Cotidiana**

Se a classificação oficial é ambígua, fluida e muitas vezes contraditória, a experiência social não é. Diversos estudos empíricos comprovam, de forma inquestionável, que as pessoas registradas como “pardas” são consistentemente racializadas como negras nas práticas sociais, educacionais e institucionais do Brasil. Edward Telles (2004) demonstra que os indicadores de mobilidade social dos “pardos” se aproximam muito mais dos “pretos” do que dos “brancos”, revelando que a discriminação racial opera pela leitura fenotípica, pela forma como o corpo é percebido e interpretado, e não pela categoria censitária abstrata.

Da mesma forma, Rafael Osorio e Sergei Soares (2021) mostram que, em diferentes contextos urbanos brasileiros, pessoas classificadas como pardas sofrem com os mesmos índices alarmantes de violência policial, enfrentam taxas semelhantes de sub-representação no ensino superior e experimentam disparidades salariais que se alinham consistentemente com as do grupo negro. Em outras palavras, a pele não hesita em contar a história do racismo; quem hesita é o Estado, que insiste em criar categorias artificiais para obscurecer a realidade.

Lembro-me de uma situação particularmente marcante que ocorreu com um companheiro que tive. Ao comparecer a uma entrevista de emprego num condomínio, para ocupar uma vaga na administração. Relatou-me - ao retornar - que a entrevistadora disse ter ficado surpresa com o fato dele ser um rapaz educado. A entrevistadora, uma mulher branca de meia-idade, parecia entusiasmada em conhecer um homem negro, com dreadlocks e letrado. No entanto, ao não selecioná-lo para a vaga, ela - visivelmente caridosa - disponibilizou para ele uma vaga na segurança ou na portaria. Depois de alguns minutos de silêncio constrangedor, eu perguntei a ele o que achou da situação vivenciada; ele não havia entendido.

Eu apenas permaneci em silêncio.

Na época, eu não entendia como alguém podia naturalizar essa situação. Eu atribuí a falta de letramento racial, ao racismo estrutural ou a qualquer outra desculpa plausível. Mas, com o passar dos anos e com o meu crescente letramento racial, percebi que o que havia ocorrido era um caso clássico de racismo velado. A entrevistadora, ao vê-lo, provavelmente não o imaginou sentado atrás de uma mesa de escritório. Mas, ao conversar com ele e constatar que era letrado, pensou em compensá-lo com um cargo que julgou ser ideal para sua aparência. Ela julgou com base na raça e negou a oportunidade de uma vaga no administrativo.

Enquanto os documentos oficiais tentam separar artificialmente “pretos” e “pardos”, a vida material insiste em juntá-los sob a experiência concreta e brutal do racismo estrutural, que não faz distinção entre as nuances de cor da pele. O racismo nos vê como parte de um mesmo grupo, um grupo que é sistematicamente marginalizado, oprimido e violentado.

## **A TRAJETÓRIA DE TORNAR-SE NEGRA PARDA: APAGAMENTO, RUPTURA E REEXISTÊNCIA**

### **Racismo Internalizado e a Pedagogia do Embranquecimento: A Prisão da Inocência**

A minha identificação racial foi, durante longos anos, atravessada por discursos de apagamento, por uma pedagogia insidiosa do embranquecimento que me ensinou a negar a minha própria negritude. Na infância e na adolescência, o meu cabelo ondulado, que hoje ostento em lindos dreads, era interpretado como uma “prova” irrefutável de que eu “não era negra de verdade”. Essa lógica perversa era herdada de gerações que aprenderam, muitas vezes inconscientemente, que a sobrevivência em um mundo racista dependia de aproximar-se o máximo possível do ideal branco, de negar ou minimizar os traços fenotípicos que denunciassem a ancestralidade africana.

Esse processo doloroso evidencia o que Frantz Fanon descreve como “inferiorização aprendida”, a internalização da ideia de que ser negro é ser inferior, é ser menos humano. E é também o que Sueli Carneiro (2005) chama de racismo por omissão, uma forma de violência sutil, mas devastadora, que opera ensinando às pessoas pardas a rejeitar a sua própria negritude, a se envergonhar da sua cor da pele, da textura do seu cabelo, dos seus traços faciais.

Lembro-me de passar horas em frente ao espelho, tentando alisar o meu cabelo com uma “chapinha”, queimando o couro cabeludo na busca incessante por um ideal de beleza inatingível. Eu me sentia culpada por não ser “branca o suficiente”, por não me encaixar nos padrões estéticos dominantes. Eu acreditava, ingenuamente, que se eu conseguisse alisar o meu cabelo, eu seria mais aceita, mais amada, mais feliz.

O racismo internalizado me aprisionou em uma teia de inseguranças, dúvidas e medos. Ele me impediu de abraçar a minha verdadeira identidade, de me orgulhar da minha ancestralidade, de me conectar com as minhas raízes. Eu vivia em um estado de constante negação, tentando me convencer de que eu não era negra, de que eu era “apenas parda”, de que a minha cor da pele não importava.

Mas a verdade é que a minha cor da pele sempre importou. Ela importou para os meus colegas de escola, que me chamavam de “estranha” e “boca de chulapa”. Ela importou para as famílias de estudantes, que me perseguiram por trabalhar a literatura de Conceição Evaristo. Ela importou para os empregadores, que me negavam oportunidades de emprego, mesmo quando eu era mais qualificada do que os candidatos brancos.

A pedagogia do embranquecimento me ensinou a me odiar, a negar a minha própria história, a me conformar com um ideal de beleza eurocêntrico que nunca me representaria.

Mas, felizmente, essa pedagogia não conseguiu me destruir por completo. Dentro de mim, sempre existiu uma fagulha de resistência, uma chama de esperança que me impedia de me entregar completamente à alienação.

### **Silenciamento Institucional: Quando o Corpo Pardo Desobedece: A Dor da Exclusão**

Na minha trajetória como docente, o racismo internalizado ganhou contornos institucionais, revelando a complexidade e a sutileza das formas como o poder opera para silenciar e marginalizar corpos negros pardos. Ao me aventurar a trabalhar a obra “Olhos d’Água”, de uma escritora preta que escancara as feridas da alma e a resiliência das mulheres negras, vivenciei um episódio de silenciamento que me marcou profundamente.

Fui afastada da turma sob uma justificativa formal aparentemente plausível, mas o subtexto era inegável: o meu corpo pardo, a minha voz negra, a minha ousadia em falar de negritude, dor e resistência haviam causado incômodo. A minha presença, a minha simples existência, desafiavam as expectativas e as normas implícitas daquela instituição.

A dor da exclusão foi lancinante. Senti como se tivessem arrancado uma parte de mim, como se tivessem silenciado a minha voz, como se tivessem me dito, de forma clara e inequívoca, que o meu lugar não era ali. A minha autoestima foi abalada, a minha confiança foi minada e a minha paixão pela docência foi questionada.

Passei noites em claro, remoendo o ocorrido, tentando entender o que havia acontecido. Será que eu tinha feito algo errado? Será que eu não era boa o suficiente? Será que eu não era merecedora daquele espaço? As dúvidas me assaltaram, as incertezas me paralisavam.

Mas, no meio da escuridão, uma voz interior me sussurrava: “Não se deixe abater. Não se cale. A sua história importa. A sua voz precisa ser ouvida.” E foi essa voz que me deu forças para seguir em frente, para transformar a dor em luta, para transformar o silenciamento em resistência.

Esse caso não é isolado. Ele faz parte de um padrão mais amplo de silenciamento institucional que afeta inúmeros corpos negros pardos que ousam desafiar as expectativas e ocupar espaços que historicamente lhes foram negados. Em muitos ambientes, espera-se que o sujeito pardo ocupe o lugar do “não problemático”, do “quase branco”, do “cordial”, daquele que não questiona as estruturas de poder e que se conforma com o seu lugar de subalternidade.

Quando esse corpo pardo se rebela, quando ele rompe com a docilização esperada, quando ele ousa expressar a sua identidade e a sua voz, a resposta institucional é invariavelmente punitiva. A punição pode vir na forma de exclusão, de marginalização, de difamação, de assédio moral ou, em casos mais extremos, de violência física. O silenciamento institucional é uma forma de racismo sofisticada e perversa, que visa a manter a hierarquia racial e a impedir que pessoas negras pardas alcancem o seu pleno potencial. É uma estratégia de controle que se baseia na invisibilidade, na desvalorização e na desumanização.

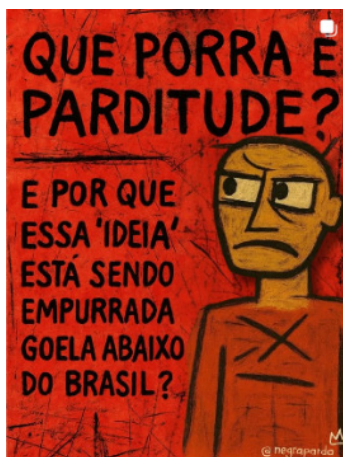
## Despertar Político e Reexistência: A Força da Negritude Parda

Assumir-me como mulher negra parda não foi ponto de chegada, mas um processo longo e doloroso de atravessamento: reconhecer o apagamento da minha identidade, enfrentar estruturas que me silenciaram e reconstruir-me politicamente. Foi desconstrução, cura e empoderamento - desaprender o que me ensinaram sobre raça e beleza para reaprender a amar minha história e minha ancestralidade.

A leitura de Lélia Gonzalez (1988) foi decisiva. Sua amefricanidade mostrou que minha experiência não era isolada, mas parte de uma história coletiva de resistência. Ensinou-me que a negritude parda é potência - um modo de existir, de conhecer e de transitar entre mundos. Minha trajetória reflete a de milhares de pessoas rotuladas como “pardas”, mas racializadas como negras no corpo, no tratamento social e na violência institucional. Vivemos a tensão entre a identidade imposta e a vivida, mas essa tensão pode virar força e questionamento das estruturas raciais.

A comunidade negra foi essencial nesse despertar: acolhimento, reconhecimento e solidariedade me ensinaram a amar minha pele, meu cabelo e minha história. Não estava sozinha; éramos muitos e fortes. Ao tornar pública essa disputa nas redes, especialmente no Instagram, passei a confrontar narrativas que tentam separar “pardos” da negritude. A postagem crítica sobre a “parditude” sintetiza essa disputa, revelando como esse discurso reembala a fragmentação racial produzida pela colonialidade.

**Figura 1:** Postagem crítica sobre a disputa de narrativas envolvendo a ‘parditude’.



**Fonte:** Arquivo pessoal da autora / Instagram @negraparda (2025).

## PARDITUDE, EMBRANQUECIMENTO E DISPUTA DE NARRATIVAS: A ARMADILHA DA DESPOLITIZAÇÃO

A postagem acima evidencia um debate que ganhou força nos últimos anos: a tentativa de construir a “parditude” como uma identidade autônoma, separada da negritude. Embora parte desses discursos busque reconhecer nuances da experiência racial brasileira, eles frequentemente retomam - mesmo que sem intenção - a lógica colonial de fragmentação, que historicamente foi usada para enfraquecer a coletividade negra.

Nos últimos anos, temos assistido a uma crescente tentativa de construir a “parditude” como uma identidade autônoma, separada da negritude, um movimento que merece ser analisado com cautela e criticidade. Parte dessas propostas argumenta que existem experiências “intermediárias” que não se enquadram completamente na identidade negra, que a categoria “pardo” representaria vivências próprias de miscigenação e que reconhecer a “parditude” ampliaria a pluralidade identitária no Brasil.

Embora motivadas pelo desejo de nomear experiências específicas, essas iniciativas apresentam três problemas centrais. Primeiro, reproduzem a fragmentação racial colonial ao separar grupos submetidos às mesmas violências estruturais. A ideia de uma identidade “parda” distinta da negra ignora que ambos são racializados como negros e enfrentam discriminação semelhante. Segundo, despolitizam a luta antirracista ao deslocar o foco da materialidade do racismo - desigualdade, violência policial, acesso precário a serviços - para debates identitários superficiais, enfraquecendo a ação política. Terceiro, reativam lógicas de embranquecimento ao sugerir que “pardo” não é negro, reforçando racismo internalizado e dificultando o orgulho identitário. Os dados mostram que pretos e pardos compartilham condições sociais semelhantes e distantes das da população branca, o que exige um olhar interseccional.

Como lembra Lélia Gonzalez (1988), pluralidade identitária não rompe o pertencimento negro; revela suas camadas e nuances. A identidade negra não é monolítica: manifesta-se de modos distintos conforme história, cultura e experiência. Mbembe (2017) alerta que a colonialidade não some, ela se reinventa. Hoje, uma de suas formas é separar politicamente quem a vida racial une pela experiência comum do racismo, estratégia sutil que enfraquece a coletividade negra. Reivindicar a identidade negra parda é, portanto, ato de resistência e afirmação. É disputar vocabulário, memória e linguagem, recusando ser peça de uma estatística criada para fragilizar a negritude. Não existe pardo neutro ou desracializado, existe pardo atravessado pelo apagamento. Desmantelamos esse apagamento que aparece no cotidiano, nas relações sociais, nos espaços de poder e nas políticas públicas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise desenvolvida neste capítulo evidencia, de forma inegável, que a categoria “pardo” não é uma identidade cultural espontânea, nem uma expressão genuína de pluralidade racial brasileira. Trata-se, antes de tudo, de uma criação colonial, meticulosamente projetada para administrar, classificar e diluir corpos negros, para controlar a população e para manter a hierarquia racial. A sua permanência ao longo dos séculos revela a força persistente da colonialidade na organização racial do país e o seu papel fundamental na manutenção do embranquecimento simbólico e da despolitização da experiência negra.

Ao incorporar elementos da minha trajetória pessoal, reconheço que o processo de tornar-se negra parda é simultaneamente íntimo e coletivo, individual e político. É atravessar o apagamento, desobedecer narrativas estatais, enfrentar instituições que preferem a neutralidade racial e reivindicar o direito inalienável de existir como o corpo que somos - e

não como o país racista quis que fôssemos. A autoetnografia, aqui, não é um mero recurso estilístico, mas um gesto político radical: tornar o vivido inteligível é rasurar o silêncio imposto e reinserir a experiência negra parda como fonte legítima de conhecimento, como uma forma de resistência epistemológica.

Afirmar-se negra parda não é uma moda passageira, nem uma tensão identitária produzida pelas redes sociais; é uma devolução histórica, uma reparação simbólica, um ato de justiça. É recusar a fragmentação que serve aos interesses da branquitude e reconectar-se a uma negritude ancestral que sempre existiu na vivência, mesmo quando negada no discurso dominante. Como disse Sueli Carneiro, “nossa identidade é insistência” - e essa insistência é sobrevivência, é insurgência, é um projeto coletivo de transformação social que visa a construir um futuro antirracista, um futuro onde todas as pessoas negras, pardas e pretas possam viver com dignidade, igualdade e liberdade.

## REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony; BOCHNER, Arthur. **Autoethnography: An Overview**. Forum Qualitative Research, v. 12, n. 1, 2011.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MBEMBE, Achille. **Política da Inimizade**. São Paulo: n-1 edições, 2017.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2019.
- OSORIO, Rafael; SOARES, Sergei. **A cor da desigualdade**. IPEA, 2021.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- REIS, João José. **Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- SCHWARCZ, Lilia. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- TELLES, Edward. **Race in Another America**. Princeton University Press, 2004.
- TORRES, D. S. (2025). **A negra parda que me tornei: Minha jornada de letramento racial, resistência e reexistência**. Salvador, Brasil: Filos Editora.